



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA° Nº 16/96 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1996 17 de Outubro de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Alberto Lourenço, António Filipe, Marques Pedrosa, António Mira, Carlos Reis, Catolino Pinto, Eduardo Raimundo, a Senhora D^a. Isabel Ferreira, os Senhores Jaime Garcia, João Vieira e Joel Monteiro, a Senhora D^a. Maria Antónia Taborda, os Senhores Luis Francisco, Francisco Mota e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1995*".

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Luis Rodrigues e José Figueiredo, a Senhora D^a. Dulce Oliveira, os Senhores Henrique Nunes, Francisco Ferreira, João Paulo, a Senhora D^a. Maria Francisca Galvão e o Senhor Manuel Rodrigues.

O Senhor Luis Rodrigues interveio para falar sobre a Urbanização Caneças, dizendo que aquela zona, a nível de higiene urbana, pode-se equiparar a uma zona altamente

degradada devido à falta de limpeza. Os espaços verdes, disse, não existem, existindo em seu lugar matagais, pelo que solicitou o seu arranjo e limpeza.

O Senhor José Figueiredo, interveio para falar sobre o mesmo assunto, dizendo que os moradores entregaram várias petições à Câmara e até ao momento, esta não respondeu.

A Senhora D^a. Dulce Oliveira, para falar sobre o Palácio da Brandoa, do qual é moradora, dizendo ter sido notificada para abandonar a sua casa. A notificação referia que, uma vez que o proprietário não demoliu o imóvel, seria a Câmara Municipal a proceder à sua demolição com o consequente desalojamento dos moradores. Informou que residem no imóvel quinze famílias, dos quais alguns são reformados, perguntando se seria possível à Câmara desalojar essas pessoas.

O Senhor Henrique Nunes, interveio para falar sobre o Palácio da Brandoa, bem como os Senhores Francisco Ferreira e João Paulo e a Senhora D^a. Maria Francisca Galvão.

O Senhor Manuel Rodrigues, interveio para falar sobre a Petição relativa ao problema das roulotes, dizendo que até ao momento a Assembleia não respondeu, perguntando quando é que esta será apreciada pela Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia, interveio para lembrar ao Municípe, que esta questão foi respondida, por ele, na Sessão anterior. A Sessão da Assembleia relativa à Petição irá realizar-se muito em breve. De seguida, colocou algumas perguntas à Câmara sobre o Palácio da Brandoa, nomeadamente, se a Câmara tem a obrigação de resolver o problema dos moradores do Palácio da Brandoa. Se a Câmara tem meios para resolver o problema. Caso contrário, porque é que assume a antipática tarefa de desalojar as famílias e porque é que, em alternativa, não aponta o dedo aos responsáveis pela situação?

O Senhor Vereador Manuel Vieira interveio para responder às questões colocadas, tais como, a falta de higiene e limpeza urbana no Alto da Damaia, lembrou que nas reuniões que os moradores tiveram com a Senhora Vereadora, esta referiu que onde a Câmara tem investido mais é na área da higiene, limpeza e zonas verdes. Informou, que na zona baixa da Damaia foi introduzido o novo sistema de recolha de lixos, os MOLOK, pretendendo-se estender este sistema a todo o Concelho. As zonas verdes,



Infecção
lig. los

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA *Am*

disse já se ter feito alguma coisa mas não o suficiente. Informou, que iria transmitir as preocupações dos moradores à Senhora Vereadora. Quanto ao Palácio da Brandoa e às perguntas efectuadas pelo Senhor Presidente da Assembleia, respondeu que a Câmara Municipal não tem competência para resolver o problema dos moradores. O Serviço Nacional de Protecção Civil emitiu um relatório, no qual aponta para a ruína eminente do edifício, pelo que, e de acordo com a Lei, a Câmara deverá proceder ao despejo e demolição do Palácio, pois a Câmara não pode permitir uma derrocada, sem que antes tenha feito alguma coisa no sentido de proteger os moradores.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio para dizer que a opinião do público é de que a Câmara não actua o que constitui uma grande falta de informação, pois se a Câmara não tem meios para resolver o problema, pelo menos tem a obrigação moral de assumir o protagonismo junto da opinião pública, explicando o que se passa e denunciando os responsáveis que não põem cobro a esta situação.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para este período, tendo-se inscrito os Senhores Armando Paulino e Manuel Jerónimo, a Senhora D^a Maria do Rosário, o Senhor António Oliveira, a Senhora D^a Maria Luisa Jubilado, os Senhores José Fernandes, Tremoço de Brito, José Teodoro, Miguel Gabriel e Alves Nunes.

De seguida, informou que antes de passar às intervenções ia colocar à admissão três moções sobre "Timor Leste-Prémio Nobel da Paz", apresentadas pelo PS, CDU e PSD. Sugeriu ainda que, como as Moções versam todas sobre o mesmo tema, a sua admissão fosse feita em bloco o que foi aceite pela Assembleia. Seguidamente, colocou as Moções à admissão, sendo admitidas por unanimidade dos 25 Membros presentes.

Após esta votação, interveio o Senhor Armando Paulino para falar sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara ao tomar a decisão de demolir o Palácio cumpriu com a Lei, mas não se pode esquecer que houve excepções, pois existiram moradores do Palácio, em que relativamente aos quais foi tomada outra atitude, nomeadamente

o realojamento. A Câmara já realojou pessoas que lá viviam, não querendo dizer com isto que tenha de realojar todas elas, pelo que solicitou que a Câmara lhe dissesse qual é a entidade governamental que oficialmente fechou as portas ao realojamento desta gente. Referiu que, para que estas pessoas fossem realojadas no âmbito do PER, seria necessário que a Secretaria de Estado tomasse uma medida de excepção e o PER estivesse dotado de flexibilidade, mas para que isso acontecesse seria necessário que a Câmara oficiasse a Secretaria de Estado da Habitação dizendo que tinha 14 ou 15 famílias a viver em condições deploráveis e não tinha condições para o realojamento destas, pelo que perguntou se a Câmara oficiou a Secretaria de Estado e em caso positivo, quando é que o fez. Perguntou qual o ponto da situação, no que se refere às entidades governamentais e quem são, as quais que não tomaram uma atitude em relação ao realojamento destas famílias. Por fim, informou que solicitou à Câmara, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Brandoa, a cedência do dossier do Palácio, mas não havia ninguém que autorizasse esta cedência.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que esteve sempre solidário com os moradores do mesmo. Falou sobre o Bairro 6 de Maio, congratulando-se pela Câmara ter alojado num contentor, junto ao Centro Social, uma família Guineense. No entanto, a Câmara instalou a água mas não a electricidade, pelo que solicitou a sua colocação.

A Senhora D^a Maria do Rosário, na sua intervenção, disse que representa a Assembleia Municipal no Conselho-Geral do Hospital Curry Cabral. Informou, que o edifício do Hospital encontra-se muito degradado carecendo de obras urgentemente. Existe, no entanto um plano de reestruturação desde 1994, o qual está inscrito no PIDDAC e cuja verba já foi disponibilizada, mas até à data, as obras ainda não tiveram o seu início. Face aos problemas, referiu que o Conselho-Geral solicitou aos representantes das Assembleias Municipais, que transmitissem às mesmas que se pronunciem a favor do início das obras e pressionem o Ministério da Saúde nesse sentido. Por fim, entregou um documento relativo ao Hospital Curry Cabral (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor António Oliveira, na sua intervenção, falou sobre a higiene e limpeza na Damaia, dizendo que oito em cada dez cidadãos que se dirigem à Junta, referem este problema, pois há falta de cantoneiros na Freguesia. Por fim, disse que fez um levantamento das viaturas abandonadas nas ruas da Damaia e que o enviou à Câmara,



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

contando-se duzentas e cinquenta viaturas naquela situação, sem que a Câmara providencie a sua retirada, perguntando qual a razão desta situação.

A Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, fez uma Declaração Política (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara agiu de acordo com a lei, isto é, notificando o proprietário para demolir o edifício, mas isso não resolve a situação dos moradores.

O Senhor Tremoço de Brito, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que este problema não tem de ser resolvido pela Câmara e fez uma proposta no sentido de se criar uma Comissão composta pela AMA, CMA e moradores, no intuito de esta ir junto das entidades competentes para tentar resolver este problema.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre o Bar Municipal, dizendo que este deveria estar aberto, pois os Membros da Assembleia estão até altas horas da noite nas Sessões e necessitam de comer. Sobre o Palácio da Brandoa, disse ser um assunto que necessita ser repensado, pois as soluções não são fáceis de encontrar. A Câmara deveria repensar a respeito da sua demolição. Referiu, que surgiu na comunicação social, nomeadamente nos jornais, uma notícia sobre os parcómetros, designadamente na Rua Heliodoro Salgado, na Venteira. Por fim, disse ter tido conhecimento que os moradores daquela rua reclamaram, perguntando o que se passa com aqueles parcómetros e se o Regulamento foi ou não cumprido. Perguntou ainda, se existe ou não isenção de pagamento para os residentes.

O Senhor Miguel Gabriel, na sua intervenção, falou sobre o Plano Director Municipal, dizendo que a Assembleia o aprovou, estando em vigor há três ou quatro anos. Referiu, que este impõe que os prédios que venham a ser construídos deverão ter garagens, no entanto, presentemente estão a ser iniciados prédios que não prevêm a existência de garagens, o que na sua óptica constitui uma violação ao Plano Director Municipal. Por fim, referiu que a justificação poderá ser a de que os alvarás já estariam passados, mas sendo esse o caso, perguntou se os alvarás não caducam a partir do momento em que não estão conforme o Plano.

O Senhor António Oliveira, na sua intervenção, falou sobre o novo mercado de levante, na Damaia, dizendo que era suposto ter-se dado início à sua construção, o que

não se verificou, pelo que perguntou quais os motivos do seu atraso. Por fim, sobre a nova Estação da Damaia, dizendo que esta irá dar bastantes problemas, pelo que sugeriu à Câmara que corrigisse a proposta inicial de modo a fazer uma segunda abertura no lado nascente da estação.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que está solidário com os moradores, e por fim, que está de acordo com a criação da Comissão proposta pelo Senhor Tremoço de Brito, disponibilizando-se para fazer parte dela e para fazer tudo o que for possível para resolver a situação.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia informou ter chegado à Mesa um Requerimento a solicitar o prolongamento deste período, que de seguida leu.

Seguidamente, colocou-o à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 22 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, interveio o Senhor Armando Paulino para falar sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que no dia em que aconteceu o acidente, a Protecção Civil da Amadora primou pela sua ausência, pois não apareceu ninguém, salvo o Assessor do Vereador responsável pelo Pelouro, que apareceu três ou quatro horas depois do sucedido, quando já se encontrava a actuar no local a Protecção Civil Regional. Por fim, solicitou que fosse informado de a quem os moradores deverão dirigir-se para resolver a sua situação.

O Senhor José Teodoro voltou a intervir para falar sobre a Protecção Civil da Amadora, dizendo que esta não esteve presente logo no início, porque era fim de semana e as pessoas não se encontram com a mesma facilidade com que se encontram durante a semana.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que iria colocar à discussão as Moções, intervindo de seguida os Senhores Guilherme Guimarães, João Nascimento, Tremoço de Brito, Vitor Andrade, José Fernandes, Alves Nunes e José Teodoro, para dizerem que estavam de acordo que as Moções fossem votadas em conjunto.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs que as Moções, após a sua aprovação, fossem reestruturadas numa só pela Comissão Permanente.



Handwritten signatures in blue ink, including 'J. Silva' and 'J. Silva'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Seguidamente, colocou as Moções à votação, sendo aprovadas por unanimidade dos 23 Membros presentes (Documentos anexos à presente Acta).

Após esta votação, interveio o Senhor Vereador Manuel Vieira, para responder às questões colocadas, tais como: a obra da Estação da Damaia, dizendo que não tem conhecimento do projecto, mas que levará a questão ao Senhor Presidente da Câmara; o Mercado de Levante, dizendo que deve dirigir-se à Senhora Vereadora Adelaide Fontes para saber o que se passa, pois é a responsável pelos Mercados; os prédios sem garagens, disse que o Plano Director Municipal não obriga a que os prédios tenham todos estacionamento, o que obriga é que a construção respeite determinados índices de estacionamento; os parómetros da Rua Heliodoro Salgado, dizendo que irá colocar este problema ao Senhor Vereador Quadrado Rego; o Bar Municipal, dizendo que iria colocar este problema ao Senhor Presidente da Câmara; o contentor do Bairro 6 de Maio, dizendo que a colocação da luz não depende da Câmara, os seus ocupantes terão de requerer a sua colocação à LTE; o Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara pretende encontrar uma solução para o problema. O diálogo que há com as entidades que podem resolvê-lo tem sido bom; foi assinado um Protocolo com o Instituto Nacional de Habitação (INH), Instituto de Gestão e Administração do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e a Junta Autónoma das Estradas (JAE), para a construção de mil seiscentos e quarenta fogos para o realojamento da CRIL. Os mil seiscentos e quarenta fogos não representam quarenta e oito milhões de contos, reportando-se esta quantia a todo o empenhamento; há um bom relacionamento entre a Câmara e o Senhor Ministro do Planeamento no que diz respeito às questões sociais; vai transmitir à Câmara a proposta que foi apresentada pelos Membros da AMA nesta Sessão; o Governo realojou as famílias de Porto Brandão, através de medidas de excepção, o que poderá acontecer também com os moradores do Palácio; o problema da ruína dos prédios, dizendo que deverá ser criada legislação específica, de modo a que as Câmaras possam intervir.

O Senhor Miguel Gabriel voltou a intervir, para dizer que a pergunta que colocou foi se os alvarás caducam ou não após a aprovação do Plano Director Municipal, pois há vários prédios a serem construídos sem estacionamento, sendo um deles na Rua Padre Cruz na Buraca. Por fim, referiu que o PDM prevê, pelo menos, um estacionamento por fogo.

O Senhor Armando Paulino voltou a intervir para perguntar o que faltou para as famílias do Palácio serem inscritas no PER, se foi a Secretaria de Estado que não mostrou receptividade ou se foi alguma falta por parte da Comissão.

O Senhor Vereador Manuel Vieira coltou a intervir, para dizer que o PER é um plano de erradicação de barracas e o Palácio da Brandoa não é uma barraca. Por fim, referiu que não foi possível o Governo aceitar esta situação porque iria abrir um precedente.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

V - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao *"Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1995"*.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu no dia 25 de Setembro para apreciar esta matéria, tendo emitido um Parecer. De seguida, foi lido o Parecer pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Após esta leitura, intervieram os Senhores Alves Nunes, Guilherme Guimarães, José Teodoro, Tremoço de Brito, a Senhora D^a Maria Luisa Jubilado, os Senhores Miguel Gabriel e Vereador Manuel Vieira, em substituição do Presidente da Câmara.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Relatório de Actividades do ano de 1995 à votação, sendo aprovado por maioria com 13 votos a favor, 2 votos contra e 7 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, colocou a Conta de Gerência do ano de 1995 à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 21 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por fim, colocou a Recomendação da Comissão de Administração Geral e Finanças à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 23 Membros presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia as deliberações foram tomadas em minuta.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa deu a Sessão por encerrada, às 0.45 horas.

Manoel Antunes

João António

Trigueiro